

Uma política cinematográfica para o DF

A Associação Brasileira de Documentaristas (ABD-DF) e o Centro de Produção Cinematográfica (CEPROCINE) entregaram ao diretor da Fundação Cultural, Luiz Humberto, um documento propondo a formulação conjunta de uma política cinematográfica para o Distrito Federal. O documento traça algumas diretrizes gerais para a implantação desta política e reforça um projeto antigo dos cineastas da cidade que é o de transformação de Brasília em um dos principais pólos cinematográficos fora do eixo Rio/ São Paulo.

Segundo explicou o presidente da ABD-DF, Jefferson Albu-

querque, a entrega deste documento representa o início de um diálogo que a categoria pretende estabelecer permanentemente com a Fundação Cultural. Ele enumera alguns pontos básicos para esta política e a partir de agora um grupo de trabalho, com representantes da entidade, do Cefrocine, da Fundação Cultural, de pesquisadores e da UnB, vai detalhar cada um dos itens sugeridos no documento.

O primeiro ponto do documento refere-se a Brasília como Pólo Cinematográfico. Fala da política de descentralização cultural "como corolário mes-

mo da redemocratização da vida política e social do País" e sugere uma análise do papel da cidade nesse movimento, inclusive, como indutor de outros pólos, fora do Rio e São Paulo.

Em seguida, os cineastas falam da importância de se criar em Brasília uma Cinemateca, "entendida como centro de formação de platéia". Propõem a formação de acervo com personalidade própria, a articulação, mediante convênios com as Cinematecas Brasileiras e do MAM/RJ e a programação de vários espaços já existentes, a começar pelo Cine Brasília.

Outra sugestão: que o CE-

PROCINE (que hoje está instalado numa sala alugada no edifício Central Brasília) passe a funcionar num espaço pertencente à própria FCDF. Além disso, pedem a ampliação deste parque de produção com a reunião de outros equipamentos cinematográficos existentes e dispersos na cidade e a sua restauração. Neste mesmo item, a ABD-DF e o CEPROCINE sugerem, ainda, a instauração de um sistema democrático e responsável para a utilização destes equipamentos, inclusive, mediante pagamento em taxas pactuadas com a classe.

(Gloconda Caputo)